



DADOS DO OBSERVATÓRIO EDUCAÇÃO VIGIADA E O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UM ALERTA PARA A EaD?

Rosana Abutakka Vasconcelos dos Anjos (PPGE/UFMT) – rosanaabutakka@gmail.com

Katia Morosov Alonso (PPGE/UFMT) – katia.ufmt@gmail.com

Eixo 2: Qualidade e Inovação na e para a EaD: realidades plausíveis

Resumo: Este texto apresenta o cenário de utilização de serviços das grandes empresas da web, como a Google e Microsoft, por Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, a partir de dados consolidados da pesquisa realizada pelo Observatório Educação Vigiada. Assim sendo, tem como aporte metodológico a abordagem qualitativa e o estudo exploratório, como forma de examinar e entender essa conjuntura que, porventura, reverbera no fenômeno titulado de capitalismo de vigilância. Como resultado, o mapeamento do Observatório Educação Vigiada demonstra que as instituições brasileiras de ensino público superior, vem adotando os serviços dessas corporações (79,17%), em contraponto a um número diminuto que ainda utilizam opostas soluções tecnológicas (20,83%). Esses percentuais indicam preocupação e cautela no tocante aos cursos a distância do setor público, tendo em vista a propensão de serem subsumidos nessa lógica da cultura e do capitalismo de vigilância.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância. Educação a Distância. Observatório Educação Vigiada.

1 Introdução

No momento contemporâneo, vivenciamos e praticamos de modo ascendente a cultura digital, que por sua vez propende modificar e interferir nossas relações sociais e os rearranjos da sociedade pela difusão e uso proeminente das diversas tecnologias digitais existentes.

Diante essa condição cultural, é visível a expansão de grandes organismos e corporações que oferecem serviços na internet, comumente designadas de as “Gigantes da Web” ou as “Big Techs”. Sendo uma sigla usual para nomeá-las é GAFAM - Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft - e que faz referência a esse conglomerado de empresas que monopolizam o mercado web e abarcam quase a totalidade de seus usuários.

Tais empresas, em especial a multinacional dos Estados Unidos Google LLC, têm como propósito oferecer pacotes de serviços que intencionam facilitar e minimizar as problemáticas cotidianas de seus usuários, praticantes da cultura digital, sendo esses oferecidos “gratuitamente” ou não, como serviços de e-mail, webconferência, ambiente virtual, mídias sociais, e-commerce, serviços de nuvem, entre outros.

No entanto, se faz necessário ter atenção a essa questão, uma vez que a ideia de receber serviços e produtos de modo gratuito, em grande medida, não condiz com a real

De maneira global, Morozov (2018) advoga que não basta exercitar uma crítica limitada ao plano das tecnologias e informações, mas se faz necessário compreender a engrenagem do sistema político e econômico que rege a nossa sociedade a nível mundial, pois as tecnologias são advindas desse sistema.

A isso, nos chama a atenção os modelos algorítmicos adotados pelas grandes empresas digitais, e que nos condicionam a uma linearidade de navegabilidade e consumo na web. Conforme expressa, O’Neil (2020), o algoritmo é crucial para o negócio dessas empresas, e valem centenas de bilhões de dólares, seus modelos são opacos e invisíveis e, comumente, funcionam contra o nosso próprio interesse e a favor dos interesses das gigantes da web.

Assim sendo, por meio da lógica algorítmica associada aos serviços e interfaces oferecidas para os usuários da internet, passamos a conviver em uma arena digital amplamente vigiada, que nos monitora continuamente, coletando nossos dados, observando nossos comportamentos e guiando nossas ações.

Lyon (2018), postula que na atualidade a cultura da vigilância impera nos meios digitais, vigiar torna-se parte de todo um modo de vida, sendo a nossa cultura atual. Para o autor, a cultura da vigilância não é algo externo que se impõe em nossa vida, mas algo que os cidadãos comuns aceitam, se envolvem e até desejam. A vigilância é também uma indústria, *“por um lado as empresas de internet se envolvem com a vigilância de seus clientes em larga escala; por outro, elas partilham esses dados com agências governamentais”* (LYON, 2018, p. 155).

Ademais, o capitalismo de vigilância, termo cunhado por Zuboff (2015), preconiza que os complexos algoritmos da Google atuam para intermediar as relações entre usuários e conteúdos, sendo uma nova fronteira comercial composta de conhecimento sobre o comportamento em tempo real, e com isso cria-se oportunidades para intervir e modificar o comportamento visando o lucro. Como resultado, as pessoas são reduzidas à mera biomassa humana, propensas a servir as novas regras do capital, impostas a todo comportamento, por intermédio de uma inexorável relação algorítmica que se retroalimenta em tempo real, baseado em fatos e onipresença (ZUBOFF, 2015).

Esse cenário degenerado do capitalismo de vigilância, é constituinte de empresas como a Google que, por sua vez, tem se aproximado de maneira acelerada das instituições educacionais públicas, com a oferta ‘generosa’ de serviços como Google Workspace, que pode englobar produtos como o Gmail, Google Meet, Google Classroom, Google Drive, Jamboard, entre outros, por meio de termos de serviços intrincados e obscuros.

Ao aderir aos serviços, as IPES cedem seus dados a essas empresas em troca de desfrutar dos produtos que comumente são de uso habitual por grande parcela da sociedade. Nesse ínterim, as instituições educacionais seguem o compasso de execução de seus processos educativos, com o apoio desses recursos digitais e, as Big Techs, mais uma vez, monetiza com esses dados públicos de caráter científico e epistemológico.

Desse modo, o movimento de uma ‘contracultura’ acerca do capitalismo de vigilância, precisa exteriorizar-se por meio da consciência reflexiva dessa realidade atual, e que redunde na expansão de uma cultura digital crítica, isto é, sujeitos com condições de compreender as circunstâncias e situações da sociedade e cultura atual, para nela atuar com criticidade, discernimento, ética e preceitos democráticos. Os resultados da pesquisa do Observatório Educação Viggiada, de certa forma, é um dos admissíveis caminhos para alcançarmos essa politização digital.

3 Mapeamento do Observatório Educação Viggiada

No decorrer do percurso metodológico da pesquisa exploratória, com base na abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007; DENZIN, LINCOLN, 2006), foi possível ter acesso ao site do Observatório Educação Viggiada, em que consta todos os procedimentos realizados para a consolidação do mapeamento GAFAM.

As pesquisas do Observatório Educação Viggiada, sobre a plataformização da educação pública e sua relação com o mercado de dados, tiveram início em 2016, no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp) e do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED-Unicamp). Entre 2019 a 2021, com auxílio de diversas entidades como a Cátedra da Unesco para a Educação Aberta da Universidade da República do Uruguai e a Iniciativa Educação Aberta e, ainda, em cooperação com pesquisadores nacionais e internacionais, o Observatório coletou dados de 794 domínios institucionais de e-mails de 448 instituições públicas de ensino superior em todos os países da América do Sul.

A preocupação central dos pesquisadores, recai sobre o crescimento na oferta de serviços e softwares informacionais às instituições públicas de ensino de forma “gratuita” pelas maiores empresas de tecnologia de dados do mundo, e que tem como contrapartidas, a coleta, o tratamento, a utilização e a comercialização de dados comportamentais de seus usuários. Para o Observatório, trata-se de uma relação obscura e que leva a um grande

Realização



Apoio



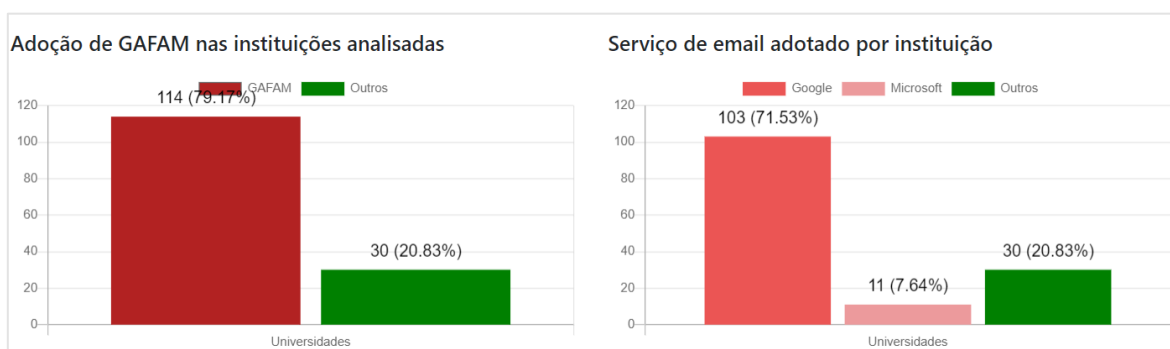
potencial de violação da privacidade de alunos, professores, gestores e outros atores escolares.

Para evidenciar esse cenário, os pesquisadores desenvolveram um software que objetiva identificar o local de armazenamento dos e-mails oficiais de instituições públicas de ensino e, assim, dimensionar e mapear os acordos realizados entre elas e estas empresas de tecnologia.

Considerando o recorte deste artigo, iremos nos ater aos resultados das IPES brasileiras, com o intuito de visualizar o panorama de adoção, ou não, dos serviços das Big Techs pelo setor educacional público. Assim, ao explorar o conjunto de informações e dados do site, por meio de mecanismos que as depuram, tornou-se viável observar que o Brasil é o país com o maior número de instituições públicas de nível superior da América do Sul, com 144 instituições.²

Desse quantitativo, 79,17% utilizam serviços da GAFAM, e apenas 20,83% utilizam serviços livres e soluções de softwares alternativos. Por outro lado, 71,53% das instituições brasileiras pesquisadas utilizam soluções da Google, como o Gmail (a segunda maior porcentagem da América do Sul), 7,64% utilizam soluções da Microsoft, e 20,83% utilizam serviços livres de armazenamento de e-mails. A Figura 1 ilustra esses resultados.

Figura 1 - Quantidades e porcentagens de servidores GAFAM e Não-GAFAM/IPES Brasil.



Fonte: Imagem capturada a partir de <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/> (2022).

Com base nesses quantitativos, fica visível a ampla adoção dos serviços GAFAM pelas IPES, sobretudo serviços da Google, como o Gmail, seguidamente de e-mail da Microsoft. Consideremos, portanto, que o capitalismo de vigilância adentrou aos espaços públicos de ensino superior. O percentual de 79.17% de IPES aderentes às gigantes

² Números do Observatório Educação Vigiada - <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/>

compreender a dimensão e conjuntura social, política e econômica em que estamos implicados, mais ainda a educação pública brasileira. Os resultados da pesquisa do Observatório Educação Viglada, nos auxiliam nesse sentido.

Então, mais que denunciar, é preciso anunciar meios que reverbere em práticas tangíveis de mudanças, como é o caso da adoção de uma educação com preceitos na abertura, pautada no uso intenso de softwares livres e gratuitos, para fazer valer uma educação realmente pública, inclusiva e democrática.

Que a EaD pública tenha uma sobrevida diante dessa paisagem digital, que políticas públicas educacionais possam considerar essas problemáticas aqui avistada, e que a resistência seja uma marca frente ao capitalismo de vigilância, que insiste em vigorar no campo educacional.

Por fim, é oportuno expressar que este pequeno texto, se institui como um ensaio para evidenciar alguns aspectos do capitalismo de vigilância, que vem assolando a nossa educação pública vertiginosamente e se aproxima da EaD. O intuito, então, é abrir um campo de discussão que possa ser qualificado com demais pesquisas nesta área do conhecimento.

Referências

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia**: um convite. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LYON, David. Cultura da Vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. Tradução Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech** – a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como a big data aumenta a desigualdade e ameaça à democracia. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

SEVERINO, Antônio. José. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology* (2015) 30, 75–89. Disponível em: <https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf> Acesso em: 28 mar. 2022.

Realização



Apoio

